

1ª quinzena de julho de 2000

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 64

Em janeiro de 2001, Porto Alegre será palco do 1º Fórum Social Mundial. A capital gaúcha foi escolhida para sediar o encontro internacional por ser considerada um pólo de resistência ao neoliberalismo e de formulação de novas alternativas de desenvolvimento econômico e de gestão pública.

Página 4

Microeletrônica **uma parceria de natureza pública**

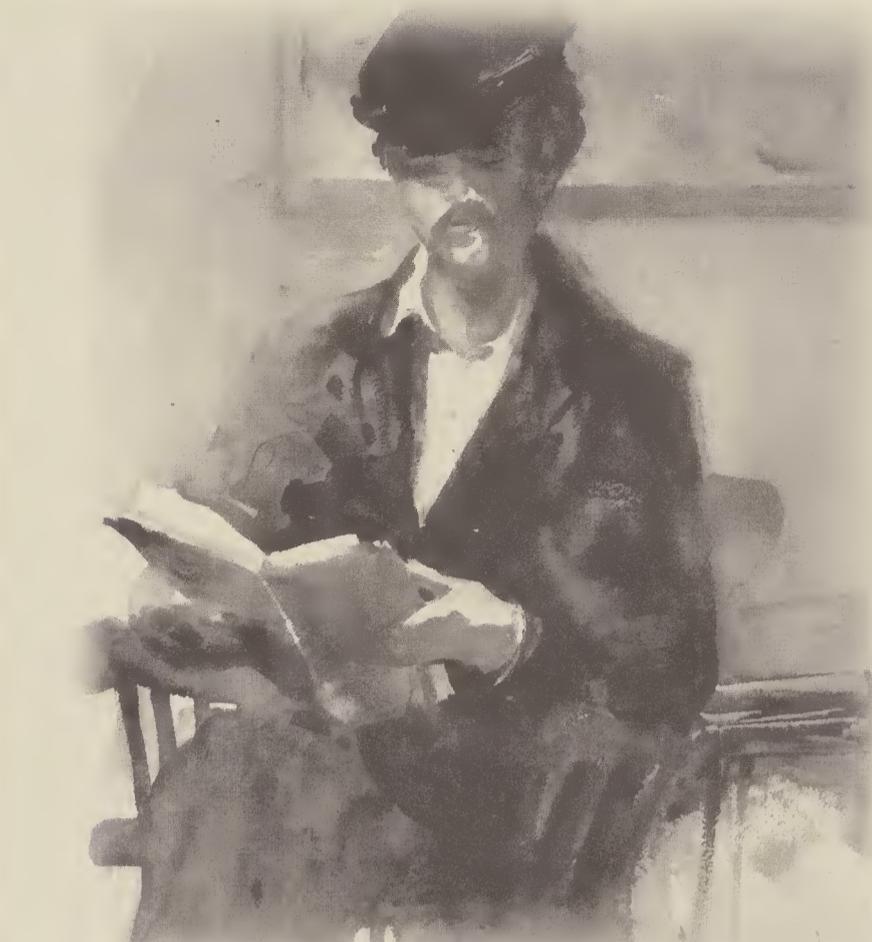


Uma parceria entre o governo do Estado, prefeitura de Porto Alegre, universidades e o setor privado está viabilizando a implantação do Centro de Excelência Ibero-americano em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) no Estado. A iniciativa poderá inserir a América Latina no grupo de países que dominam a fabricação de tecnologias em microeletrônica

Páginas 6 e 7



Reprodução



Qual a universidade que queremos?

A realização do último Conad em Brasília mostrou que a Andes-SN deve enfrentar uma discussão séria sobre os seus rumos. Ficou claro que o sindicato está dividido em duas posições marcadas pelas diferenças de entendimento entre o projeto de universidade no mundo de hoje e o papel do sindicato neste contexto.

Estas idéias precisam ganhar as ruas para que a entidade avance na discussão e não tenhamos de enfrentar dilemas quando o governo começar seu ataque mais violento à instituição.

Nesta discussão, o nosso papel enquanto docentes será o de mantermos uma postura de não negociação com o parlamento ou com o "institucional", acreditando que ele seria um instrumento da burguesia para o controle da sociedade ou ilegítimo, porque foi escolhido de forma que não nos agrada. E que, dentro deste governo, qualquer ação neste sentido já estaria previamente fadada ao fracasso.

Ou deveríamos criar diversas frentes de atuação, usando aquilo que sabemos fazer, que é pensar, e começar a propor projetos que levem o governo ao confronto real sobre os seus projetos de universidade? Pensar uma universidade inserida numa sociedade como a nossa que possui culturas diversas e interesses conflitantes?

A tarefa que se coloca como um grande desafio às portas do novo milênio é começar a pensarmos qual a universidade que queremos. Uma universidade que ultrapasse os projetos de pequenos grupos ou indivíduos, que a usam como grife para a venda de produtos, cujo o único beneficiário são eles próprios, ou para a promoção de instituições desacreditadas, que buscam no nome Ufrgs recuperar um pouco de credibilidade.

O papel de nossa universidade é servir de referencial para este projeto de "universidade nova", que precisa urgentemente ser internalizado em nós. Temos que começar a discutir um projeto que consiga produzir ensino, pesquisa e extensão livre de pressões e interesses que não os legitimados em seus Fóruns internos e pela sociedade.

Cabe a nós, como sindicato, conduzir esta discussão, já que a universidade está hoje envolvida demais na procura de sua viabilidade econômica. Isso a impede de pensar um projeto mais maduro, livre das pressões que, neste momento, podem induzir a uma universidade pensada a partir de sua viabilidade econômica.

Este pensamento poderia nos levar a agravar e legitimar a distorção do papel dos professores, dos alunos e dos técnicos que fazem esta Universidade.

Desenvolvimento humano

O Brasil subiu da 79ª para a 74ª posição no ranking da qualidade de vida elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), com base em números do ano de 1998. O relatório elenca 174 países e mostra a distribuição do desenvolvimento (e da falta de) no mundo. Em primeiro lugar desde 1997 está o Canadá. Em último permanece Serra Leoa. O mapa da miséria mostra que, dos 35 países com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 29 ficam na África.

Servidores mantêm greve

Os servidores públicos federais mantêm sua mobilização em nível nacional, apesar de algumas categorias terem suspendido a greve. Desde o dia 29, o Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal (Sintrajufe) está aguardando a resposta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) à proposta aprovada pelos trabalhadores em assembléia. A categoria retornou ao trabalho, mas continua em "estado de greve".

Esquisitices médicas

Platão teria padecido do terrível mal do piolho (*morbus pedicularis*), uma doença que provocava erupções pelo corpo, provocando rupturas na pele e liberando exércitos de piolhos, que devoravam os órgãos das vítimas. A enfermidade, tida como um castigo divino e frenquentemente atribuída aos inimigos na Antiguidade, está descrita no livro "Galeria de Curiosidades Médicas", uma obra bizarra sobre as maiores esquisitices da história da medicina. O autor Jab Bondeson pesquisou e estudou todas as referências de cada enfermidade, inclusive em obras de ficção. Na opinião dele, o caso de Platão não passou de um boato, difundido pelos



atenienses que não gostavam do filósofo. A doença, porém, pode ter existido, embora não causada por piolhos, mas por uma espécie de ácaros erradicada no século XIX. O livro tem 304 páginas e foi editado pela Record. Informações: 0**21-585.2000.

Bampi na SBPC

O professor de microeletrônica da Ufrgs, Sérgio Bampi, assume a regional do Rio Grande do Sul da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A posse ocorrerá no dia 12 deste mês, no campus da Universidade de Brasília (UnB), durante a reunião anual da entidade, que acontece entre os dias 9 e 14. Bampi foi eleito pelos sócios da SBPC no Estado - cerca de 400 cientistas e pesquisadores.

Idiomas do futuro

"Atualmente falam-se entre 4 mil e 6,8 mil idiomas na Terra. Em 100 anos haverá menos de 1 mil. Em 300 anos, não mais do que 24. Inglês, mandarim e espanhol serão os mais falados. A maioria das pessoas será bilingüe e dominará um desses três idiomas". O prognóstico foi feito pelo linguísta e pesquisador da Universidade da Califórnia, Steven Roger Fischer, na edição de 5 de abril de 2000 da revista Veja.



Mario Guerreiro

Consun completou lista tríplice para Reitoria

O Conselho Universitário da Ufrgs (Consun) já encaminhou ao Ministério da Educação (MEC) a lista tríplice para a Reitoria. Na reunião do dia 30 de junho, 62 conselheiros votaram. A atual reitora, Wraha Maria Panizzi, que já havia sido indicada pela comunidade universitária

na consulta de 15 de junho, obteve 50 votos.

Os professores Clóvis Milton Duval Wannmacher, com quatro votos, e Eloy Julius Garcia, com três votos, completam a lista. Cinco votos foram nulos. O mandato atual encerra no dia 19 de setembro.



Publicação quinzenal
Impressa em papel Ecograph
75 gramas
Tiragem: 5.500 exemplares
Impressão: Gráfica e Editora Comunicação Impressa Ltda.

Produção e Edição
Veraz Comunicação Ltda.

Jornalistas responsáveis
Zaira Machado (RJP 7812)
Paulo Cezar da Rosa (RJP 5808)

Reportagem: Jéferson Assunção, Marco Aurélio Weissheimer, Gil Cafrune Gosch e Vanessa Martins

Ilustrações: Mario Guerreiro
Diagramação: Fabrícia Osanai

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrigo;
1º Secretária: Regina Witt;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll



Seção Sindical do ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: http://www.adufrgs.org.br

EUA

Crescimento econômico não beneficiou os mais pobres

Os Estados Unidos (EUA) estão cada vez mais parecidos com o seu quintal, a América Latina. É isso que aponta o Índice Gini, utilizado para medir a disparidade entre ricos e pobres. Em seu nível mais alto desde que começou a ser publicada pelo Census Bureau, em 1947, a estatística mostra que os nove anos de crescimento ininterrupto da economia norte-americana foram acompanhados de um paradigma visível: “um aumento da desigualdade de renda não presente em outros períodos de bonança”, conforme análise da revista Carta Capital. Comparando dois períodos de grande crescimento da economia (os anos 60 e os 90), percebe-se que a taxa de pobreza na década passada caiu de 13,5% (em 1990) para 12,7% (em 1998), enquanto, nos anos 60, a redução foi de 22,2% para 12,8%.

A Era de Prosperidade que os EUA vêm desfrutando é imperceptível para o norte-americano do estrato social médio. É que, segundo o Census Bureau, “ele ganha praticamente o mesmo que no início da década de 90”. Por sua vez, os 20% mais pobres da população ainda não recuperaram os níveis de renda de 1989. “Só ganharam os do topo”, afirma a revista. “E tudo isso, num período em que o PIB cresceu quase 30% após o ajuste à inflação ou 14% calibrado ao aumento da população”. De acordo com o jornalista Doug Henwood, no boletim Left Business Observer, a renda dos 5% mais ricos cresceu 22% neste período.



Ever Fonseca/L'arte con il sorriso

O Vale do Silício é usado pela revista como exemplo da chamada Nova Economia. “Nesse gérmen das corporações de informática localizado na Califórnia, a cada dia surgem 63 novos milionários”, mas lá “também vivem 20 mil sem-teto”. Um terço é trabalhador de período integral, que não recebe “glamourosos pacotes de opções de compra de ações e nem consegue arcar com os US\$ 410 mil exigidos

para a aquisição de uma casa de médio padrão nas redondezas do parte high tech”. Para ilustrar a situação de desigualdade, a jornalista Adriana Wildner, autora da matéria, conta que “nos ônibus de número 22, que circulam a noite toda pelo Vale, abrigam-se tantas pessoas sem lugar para dormir que a linha foi batizada de Motel 22, que é como se denomina hotel de pernoite, geralmente em beira de estrada.

FAPERGS

Pesquisa receberá R\$ 5 milhões

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs) publicou, no último dia 19 de junho, cinco editais destinados a financiar projetos de pesquisa nas áreas de informática, agroecologia, políticas públicas e desenvolvimento científico regional. Cerca de R\$ 5 milhões (não incluídos recursos de parcerias) serão destinados a estas áreas de pesquisa.

Edital 04/2000 – prevê um programa de apoio à pesquisa para subsidiar a formulação de políticas públicas. Os projetos podem ser apresentados por pesquisadores vinculados a Instituições de Ensino Superior, instituições de pesquisa e tecnologia sem fins lucrativos, empresas públicas e quaisquer outras entidades de direito público estabelecidas no Estado. Será dada preferência a parcerias com instituições que atuem na área de inte-

resse do projeto e que se comprometam com o financiamento mínimo de 30% dos custos. Para esta linha de pesquisa, a Fapergs alocará recursos da ordem de R\$ 800 mil, que devem ser aplicados no prazo de 24 meses. O financiamento de cada projeto estará limitado a R\$ 30 mil.

Edital 05/2000 – estabelece um programa de apoio ao desenvolvimento científico regional. Ele está dividido em três subeditais que prevêem apoio a projetos de pesquisa de pequeno porte nas seguintes regiões: Região Metropolitana e Nordeste do Estado; Sul e Sudoeste; Centro-Oeste e Noroeste. Os recursos disponíveis são da ordem de R\$ 350 mil disponíveis em cada subeditai, totalizando R\$ 1,05 milhão. O limite por projeto é de até R\$ 10 mil.

Edital 06/2000 – prevê um pro-

grama de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico da informática. O montante de recursos financeiros para esta área é de R\$ 1 milhão.

Edital 07/2000 – estabelece o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Agroecologia. O total de recursos disponíveis para este programa também atinge a casa de um milhão de reais.

Edital 08/2000 – cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico nos Institutos e Centros de Pesquisa da Administração Estadual. O total de recursos financeiros disponíveis para este programa é de R\$ 500 mil, sendo que o teto de financiamento para cada projeto será de R\$ 30 mil. O prazo final de entrega dos projetos é 15 de agosto. Os editais estão disponíveis no sítio da Fapergs (www.fapergs.tche.br).

OIT

Convenção 103 amplia proteção à maternidade

Período de lactância sem perda de salário, garantia de licença para amamentação, proibição do exame prévio de admissão das mulheres, aumento da licença maternidade de 12 para 14 semanas no mínimo, foram algumas das reivindicações conquistadas durante a Revisão da Convenção 103 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da proteção à maternidade no trabalho.

Segundo a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, apenas o artigo que refere-se a proibição à demissão das gestantes por justa causa, ainda não estava definido, pelo menos até o fechamento desta edição.

O acordo ratificado por 38 países – dentre eles o Brasil – foi finalizado na primeira semana de junho, em Genebra, e só ocorreu devido à influência de governos e empregadores que queriam flexibilizar os direitos das trabalhadoras.

O governo brasileiro, assim como a maioria dos países latino-americanos, votou a favor dos seus trabalhadores. A Comissão de Mulheres da CUT, que participou da Revisão, avalia que isto foi possível graças a grande pressão dos movimentos de trabalhadoras, que enviaram cerca de 10 mil cartões e 100 mil assinaturas com pedido de apoio ao ministro do Trabalho Francisco Dornelles.



Emerson Wiszkow

FÓRUM

Porto Alegre sediará Fórum Social Mundial

Porto Alegre terá o privilégio de ingressar no século XXI como sede de um encontro de proporções planetárias. De 25 a 30 de janeiro de 2001, a capital gaúcha será palco do primeiro Fórum Social Mundial, um encontro que se contrapõe ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente na cidade suíça de Davos. O Fórum Social Mundial pretende ser um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se opõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. Porto Alegre foi escolhida para sediar o encontro internacional por ser considerada um pólo de resistência ao neoliberalismo e de formulação de novas alternativas de desenvolvimento econômico e de gestão pública. Cerca de 3 mil delegados, vindos de todos os continentes, deverão participar do encontro. Haverá cotas para cada segmento e região do mundo, de forma a assegurar a presença de todas essas regiões e das diferentes áreas de engajamento social. Os participantes deverão ser inscritos pelas organizações que representarem. Tanto o número de cotas por segmento e região como o valor das inscrições serão discutidos e definidos posteriormente.

O Fórum Social Mundial, que será realizado no salão de eventos da PUC, pretende reunir personalidades do mundo inteiro, preocupadas em encontrar alternativas ao atual modelo de desenvolvimento baseado sobretudo no capital financeiro. Alternativas que apontem no rumo de uma economia que valorize mais a solidariedade do que o lucro imediato. Está sendo organizado por uma série de ONGs (como Justiça Global, Public Citizen e Attac) que se contrapõem às políticas praticadas pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio. A idéia dos organizadores é realizar o encontro todos os anos, nas mesmas datas do Fórum de Davos. O encontro de Porto Alegre não se restringirá a líderes de esquerda, pretendendo ser o mais amplo possível. Entre os convidados, aparecem os nomes do ex-economista-chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, o juiz espanhol Baltazar Garzón (que ficou famoso mundialmente ao processar Augusto Pinochet), o filósofo alemão Jürgen Habermas, os escritores Gabriel Garcia Márquez, Günter Grass e José Saramago, Nelson Mandela, Jesse Jackson e Noam Chomsky, entre outros.



Suíça: o vice-governador Miguel Rossetto participou do encontro preparatório ao Fórum Social Mundial. Durante o evento, reuniu-se com a primeira-dama francesa Danielle Miterrand (acima) e o prefeito e parlamentares de Genebra (abaixo)



O vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rossetto, esteve em Genebra nos dias 23 e 24 de junho último, quando foi oficializada a realização do Fórum aqui no Estado. Para Rossetto, o Fórum Social Mundial tem um caráter simbólico importante: "este encontro vai marcar o início do século XXI com uma atividade política de grande envergadura que pretende discutir alternativas ao atual modelo econômico. Passados trinta anos de hegemonia do modelo neoliberal, que prometia uma era de prosperidade, o que vemos é o aumento da exclusão social em todo o planeta e o crescimento generalizado dos índices de pobreza. Esta situação de crise cria a oportunidade para realizarmos um momento de reflexão e de troca de conhecimentos sobre inúmeras experiências alternativas de gestão pública".

Segundo os organizadores do Fórum Social Mundial, o Fórum Econômico de Davos tem cumprido, desde 1971, um papel estratégico na formulação do pensa-

mento neoliberal. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de mil empresas multinacionais. Já o espaço a ser criado pelo Fórum Social Mundial estará voltado para a formulação de alternativas, para a troca de experiências e para a construção de articulações entre Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas, em cada país e em nível continental e mundial. Durante a realização do Fórum em Porto Alegre deverão ocorrer inúmeras atividades paralelas, aqui e em outras partes do mundo. Circuitos de palestras e debates deverão ser realizados paralelamente ao evento, envolvendo diretamente os cidadãos.

A proposta de realização do Fórum Social Mundial é um resultado do processo de mobilizações ocorrido na Europa contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), em 1998, das grandes manifestações de Seattle, durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em novembro de 1999, e das realizadas recentemente em Washington contra as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Estas mobilizações colocaram em evidência a emergência de um movimento social que ultrapassou as fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo em que crescem estas manifestações, começam também a se multiplicar esforços no sentido de buscar alternativas que coloquem o desenvolvimento humano e a democracia participativa como questões prioritárias de governos e cidadãos.

O Comitê Internacional do Fórum Social Mundial realizou sua primeira reunião durante o encontro da ONU em Genebra, do qual participou o vice-governador, Miguel Rossetto. O Comitê Brasil Organizador do FSM, por enquanto, está constituído pelas seguintes organizações e movimentos sociais: Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), Attac-Brasil (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos), Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB, Cives (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania), CUT (Central Única dos Trabalhadores) Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas), Justiça Global e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O comitê está aberto à participação de outras entidades. O Governo do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre apóiam oficialmente o Fórum Social Mundial.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

| ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64 | | ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - 2000 | | FOLHA 2 | |
|---|--|---|-----------|-----------|-----------|
| BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2000 | | MAR | ACUMULADO | MAR | ACUMULADO |
| RUBRICAS / MESES | | | | | |
| RECEITAS | | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | | | | | |
| PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS | | | | | |
| RECEITA C/VIDA DE MATERIAIS | | | | | |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | | | | | |
| RECEITAS FINANCEIRAS | | | | | |
| RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS | | | | | |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS | | | | | |
| DESPESAS | | | | | |
| DESPESAS CORRENTES | | | | | |
| DESPESAS COM CUSTEIO | | | | | |
| DESPESAS COM PESSOAL | | | | | |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | | | | | |
| DESPESAS DE EXPEDIENTE | | | | | |
| DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS | | | | | |
| DESPESAS LEGAIS | | | | | |
| DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO | | | | | |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | | | | | |
| DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
| ENCARGOS FINANCEIROS | | | | | |
| DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO | | | | | |
| DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS | | | | | |
| DESPESAS COM PESSOAL | | | | | |
| DESPESAS COM VEICULAÇÃO | | | | | |
| DESPESAS COM VIAGENS | | | | | |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS | | | | | |
| DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA | | | | | |
| DESPESAS COM PUBLICAÇÕES | | | | | |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | | | | | |
| TRANSPARENCIAS CORRENTES | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT | | | | | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS | | 23.674,67 | 59.809,11 | 23.674,67 | 59.809,11 |
| RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO | | 89.809,11 | 59.809,11 | 89.809,11 | 59.809,11 |

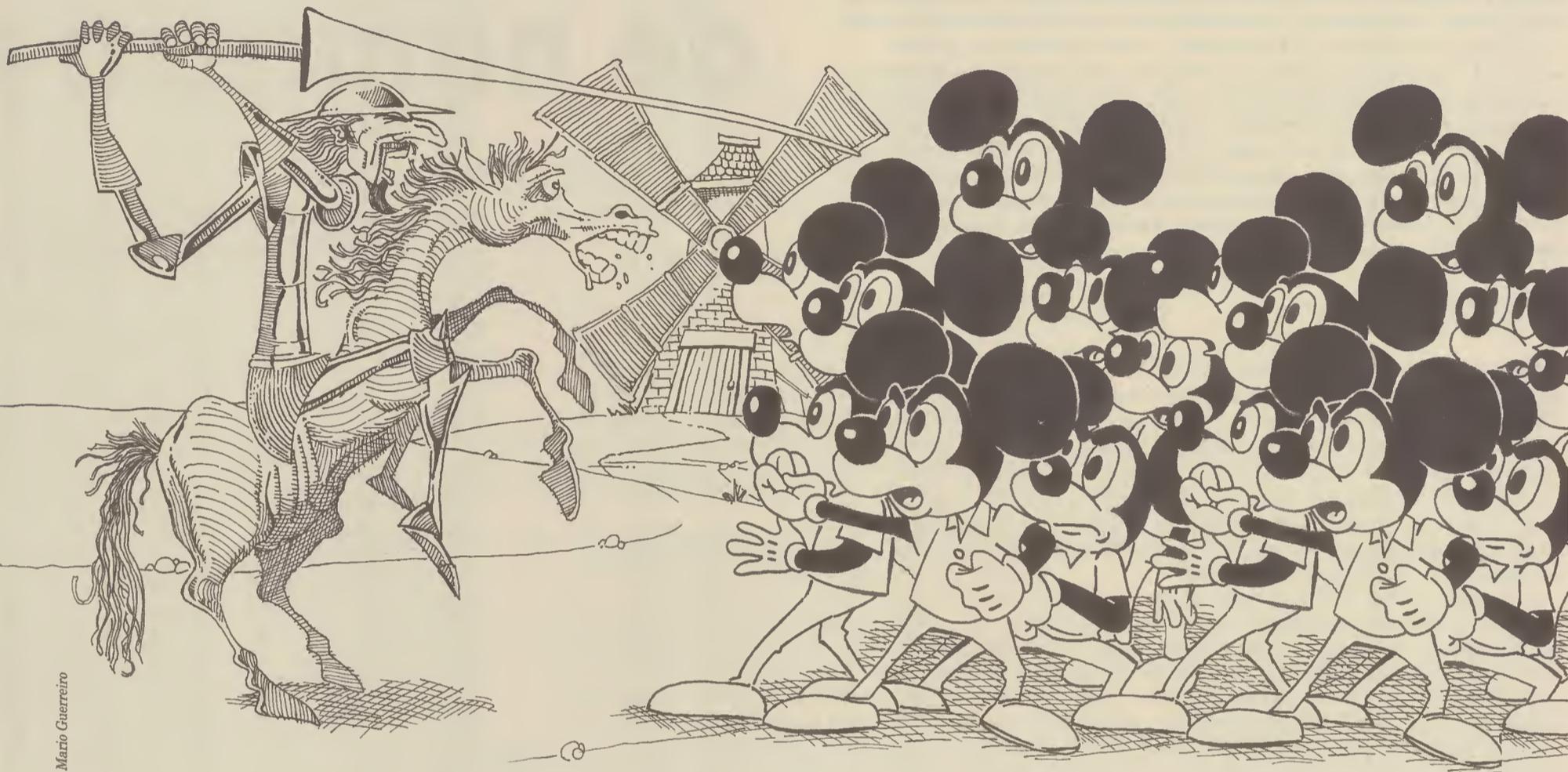
| ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64 | | ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - 2000 | | FOLHA 2 | |
|---|--|---|-----------|-----------|-----------|
| BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2000 | | ABR | ACUMULADO | ABR | ACUMULADO |
| RUBRICAS / MESES | | | | | |
| RECEITAS | | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | | | | | |
| PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS | | | | | |
| RECEITA C/VIDA DE MATERIAIS | | | | | |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | | | | | |
| RECEITAS FINANCEIRAS | | | | | |
| RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS | | | | | |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS | | | | | |
| DESPESAS | | | | | |
| DESPESAS CORRENTES | | | | | |
| DESPESAS COM CUSTEIO | | | | | |
| DESPESAS COM PESSOAL | | | | | |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | | | | | |
| DESPESAS DE EXPEDIENTE | | | | | |
| DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS | | | | | |
| DESPESAS LEGAIS | | | | | |
| DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO | | | | | |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | | | | | |
| DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
| ENCARGOS FINANCEIROS | | | | | |
| DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO | | | | | |
| DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS | | | | | |
| DESPESAS COM PESSOAL | | | | | |
| DESPESAS COM VEICULAÇÃO | | | | | |
| DESPESAS COM VIAGENS | | | | | |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS | | | | | |
| DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA | | | | | |
| DESPESAS COM PUBLICAÇÕES | | | | | |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | | | | | |
| TRANSPARENCIAS CORRENTES | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT | | | | | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS | | 13.832,57 | 73.641,68 | 13.832,57 | 73.641,68 |
| RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO | | 73.841,68 | 73.841,68 | 73.841,68 | 73.841,68 |

| ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64 | | ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - 2000 | | FOLHA 2 | |
|---|--|---|-----------|-----------|-----------|
| BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2000 | | ABR | ACUMULADO | ABR | ACUMULADO |
| RUBRICAS / MESES | | | | | |
| RECEITAS | | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | | | | | |
| PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS | | | | | |
| RECEITA C/VIDA DE MATERIAIS | | | | | |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | | | | | |
| RECEITAS FINANCEIRAS | | | | | |
| RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS | | | | | |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS | | | | | |
| DESPESAS | | | | | |
| DESPESAS CORRENTES | | | | | |
| DESPESAS COM CUSTEIO | | | | | |
| DESPESAS COM PESSOAL | | | | | |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | | | | | |
| DESPESAS DE EXPEDIENTE | | | | | |
| DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS | | | | | |
| DESPESAS LEGAIS | | | | | |
| DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO | | | | | |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | | | | | |
| DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
| ENCARGOS FINANCEIROS | | | | | |
| DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO | | | | | |
| DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS | | | | | |
| DESPESAS COM PESSOAL | | | | | |
| DESPESAS COM VEICULAÇÃO | | | | | |
| DESPESAS COM VIAGENS | | | | | |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS | | | | | |
| DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA | | | | | |
| DESPESAS COM PUBLICAÇÕES | | | | | |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | | | | | |
| TRANSPARENCIAS CORRENTES | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT | | | | | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS | | 13.832,57 | 73.641,68 | 13.832,57 | 73.641,68 |
| RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO | | 73.841,68 | 73.841,68 | 73.841,68 | 73.841,68 |

CARLOS SCHMID NINO H. FERREIRA DA SILVA
PRESIDENTE CONTADOR - CRCRS Nº.14.118

LITERATURA

Resistência contra a Disneylândia



Mario Guerreiro

No início do ano, o ministro da Educação francês Claude Allègre propôs uma reforma do ensino básico. A idéia era tornar o currículo mais leve, "mais adequado ao nível cultural da juventude atual e à sua profissionalização". Allègre queria diminuir horas de aulas, transformar os estudos literários em cursos de comunicação e expressão, acabar com o *baccalauréat* e introduzir exames vestibulares "flexíveis". Outra medida na modernização: abolir a dissertação e disciplinas como grego e latim.

Enérgica e imediatamente, a comunidade reagiu. Dezenas de escritores e professores de Literatura assinaram um manifesto intitulado "Assassina-se a Literatura" e o publicaram no *Le Monde* de 4 de março. Para os autores do texto, trata-se de "todo um setor da nossa cultura que está sendo metodicamente demolido", desde a década de 60, com a diminuição de horas no ensino das línguas e diluição da literatura clássica na "água morna da paraliteratura, produção leve à moda do dia, superficial e apressadamente escrita, mas pronta para ser consumida". Quem conta este episódio é a professora da USP Leyla Perrone-Moisés, em artigo no caderno *Mais!*, da *Folha de S. Paulo*, de 8 de junho.

Diz Leyla: "A polêmica se estendeu, no mesmo jornal, por algumas semanas, ao mesmo tempo em que saíam às ruas enormes passeatas contra a reforma proposta por Allègre. As reclamações não eram, evidentemente, apenas relativas ao ensino literário, mas este era um dos pontos mais contestados". O resultado: o ministro Claude Allègre foi demitido e substituído por Jack Lang, cujas decisões imediatas foram: manter o *baccalauréat*; reforçar o ensino literário, aumentar número de horas-aulas de francês e línguas estrangeiras, manter a dissertação. Em entrevista ao *Le Monde*, Lang declarou: "Não-ao liceu *light*"; "colocar a inovação a serviço de uma alta exigência científica, intelectual e cultural"; "restaurar as letras e as línguas no cerne de nosso ensino"; "colocar a especialização literária no

mesmo nível de exigência e com o mesmo número de aulas das outras especializações"; "salvar o ensino do latim e do grego, disciplinas substanciais, depositárias de parte importante da memória da humanidade". A escritora vê Jack Lang como um iluminista moderno, com objetivos que os pós-modernos qualificariam de utópico: "Uma escola de excelência para todos, o ideal de cultura popular como uma cultura elitista para todos".

Resistência

Leyla diz que, com esse exemplo, a França se coloca como um lugar de resistência à globalização de uma cultura "disneylandizada" e a um ensino que apenas responde, passivamente, às demandas do mercado. "Essa tomada de posição não é mero 'quixotismo'. Ela tem a ver com o princípio da 'exceção cultural', defendido pelos franceses e adotado pela Comunidade Européia. Vale a pena lembrar que, recentemente, os EUA propuseram que se considerasse o ensino como um 'serviço', o qual poderia ser oferecido comercialmente sem levar em conta as fronteiras nacionais ou comunitárias", comenta.

Valor da arte é regido pelo mercado

Com pouco valor mercadológico, a arte é vista como supérflua nos "dias atuais", como uma perfumaria. Os próprios gerenciadores do ensino decretaram que ela, não tendo utilidade na vida profissional, deveria dar lugar para coisas mais úteis. Não-lucrativa e improdutiva, para que continuar ensinando arte, então, sendo que ela nem mesmo prestígio dá? Leyla Perrone-Moisés também condena que a qualidade das obras de arte tenha passado a ser confundida com sua popularidade, que o "êxito" comercial seja aceito pela sociedade como a forma de se dar valor a um livro, filme, peça etc. Para ela, é o mercado hoje quem está determinando se uma obra é boa ou ruim. "Há um mal-estar, no entanto, geral nas artes, pela indefinição de

valores e pela absorção do objeto artístico sob forma de mercadoria".

A professora lembra que o conceito de literatura tem declinado, devido ao fato de a ficção não ter mais função na vida prática das pessoas. "No século 19, mesmo aqueles que optavam por uma atividade científica ou técnica recebiam, nos liceus, uma formação literária que eles prezavam por toda a vida, como leitores ou produtores amadores de literatura. No século 20 esse prestígio cultural e social da literatura foi declinando. Numa sociedade dominada pela tecnologia e pela economia de mercado, a instituição literária sofreu um rebaixamento", afirma.

Ela lembra que, em meados do século 20, os estudos literários no curso básico adequaram-se ao espírito pragmático da sociedade moderna; transformaram-se em estudos de "comunicação e expressão", visando à melhor performance futura dos alunos quando estes ingressassem na "vida real" do mercado de trabalho. Mas, o texto literário tem alguma especificidade ou será apenas um discurso ideológico entre outros? Muitos professores da área acreditam que a literatura não difere de qualquer outro texto escrito e houve até quem, a partir da década de 60, começasse a propor, inclusive, a abolição dos departamentos literários.

"As verbas destinadas aos departamentos literários foram minguando ou repassadas às novas disciplinas particularistas. O feminismo, o movimento gay e o multiculturalismo correspondem a grupos com força política – e, também, a importantes áreas do mercado", afirma, lembrando que o estudo da literatura como arte, com base em critérios estéticos universalizantes, passou a ser visto como politicamente incorreto. "A própria palavra 'estética' passou a ser considerada como um palavão idealista, logocêntrico e patriarcal", define. Para ela, o mercado se aproveitou dessa visão culturalista que desmantelou o valor intrínseco da obra de arte, substituindo-o pelo mero valor comercial.

MICROELETRÔNICA

A América Latina pode, em breve, estar entrando no grupo de países que dominam a fabricação de chips de computador e outras tecnologias em microeletrônica. Hoje, essa produção está praticamente limitada a países da Europa, Estados Unidos e poucos pontos na Ásia, apesar de universidades como a Ufrgs estarem já há alguns anos exportando mão-de-obra qualificada no setor. Com 40 anos de atraso, meros espectadores e consumidores do que se desenvolve no mundo em termos de tecnologia ultra-avançada, os latino-americanos podem estar dando os primeiros passos em direção a uma independência até na fabricação de novos produtos. Por isso tudo, governo do Estado, prefeitura municipal, universidades e empresas locais comemoram a assinatura do protocolo de intenções para a criação do Ceitec, em Porto Alegre, que terá investimentos da Motorola, governos federal e estadual, empresas e universidades. A expectativa é que uma verdadeira revolução tecnológica aconteça nos pampas nos próximos anos. Revolucionária, inclusive, em seu conceito de serviço público.

Jéferson Assunção

O governo do Estado considera a implantação do Centro de Excelência Ibero-americano em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) em Porto Alegre tão importante quanto a instalação, há décadas atrás, do Pólo Petroquímico de Triunfo. O protocolo de intenções para a criação do Centro, que é uma parceria entre Governo do Estado, Motorola, Prefeitura de Porto Alegre, entidades empresariais e universidades, foi assinado dia 26 de junho, no Palácio Piratini.

A princípio o Ceitec deverá ser instalado em um terreno no bairro Navegantes, dentro do projeto Porto Alegre Tecnópolis, onde, a partir de 2002, poderá passar a desenvolver protótipos de chips e formar mão-de-obra especializada no domínio de circuitos integrados. Esses componentes são parte de microprocessadores, utilizados em automóveis, computadores pessoais e outros equipamentos. Com o início das atividades do Centro, o Rio Grande do Sul passará a ser um dos poucos locais do mundo onde se desenvolve tecnologia de última geração em circuitos. Há outros centros similares, mantidos pela Motorola em West Virgínia (EUA), Munique (Alemanha) e Beijing (China), mas o gaúcho será superior, tanto em espaço quanto em tecnologia.

A capacidade de produção do Ceitec será maior do que qualquer outra de empresa ou instituição de ensino ou de pesquisa na América Latina, continente que tem

ficado à margem de investimentos na área de microeletrônica. Os únicos centros parecidos, mesmo assim bastante inferiores ao gaúcho, são um na Costa Rica e outro em Córdoba, na Argentina. Nesses locais funcionam fábricas de encapsulamento de chips para os Pentium II, III e Itanium, mas não há fabricação nem elaboração de projetos.

Para concretizar o Centro, que custará U\$ 25 milhões, a Motorola entrará com 40% a 60% em equipamentos e treinamento de pessoal. O Brasil bancará de 40% a 60% - Estado e Porto Alegre entram com 1/3 do investimento (R\$ 3 milhões para cada). Os outros 2/3 são responsabilidade das empresas (utilizando a lei de informática, 8.248), universidades, governo federal, agências financiadoras e empresas multinacionais. O Ceitec precisará de investimentos de US\$ 2,9 milhões ao ano, que poderão ser pagos por empresas, projetos, prestação de serviços e um Fundo de Informática. Desse total, 1/3 será de investimentos em recursos humanos. Apesar de montado pela Motorola, o Centro não será de uso exclusivo dela. Terá caráter público e pode ser utilizado por outras empresas, pesquisadores e universidades.

Sala Limpa

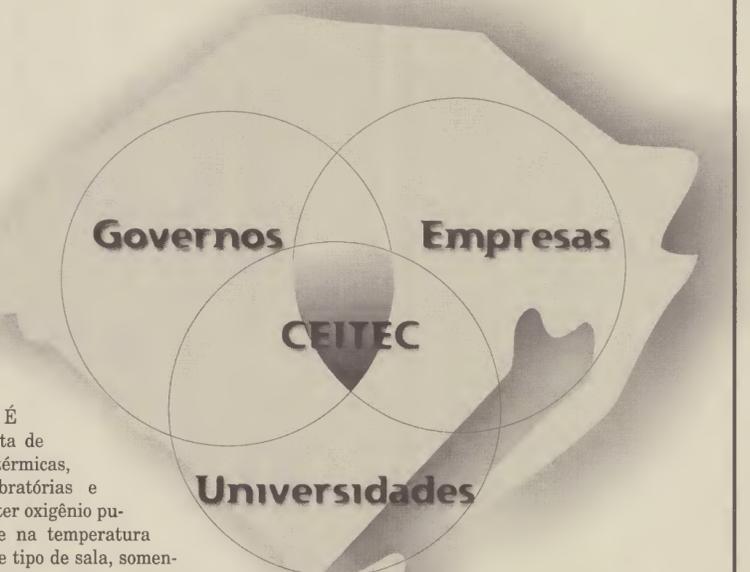
A parte mais cara do projeto é a Sala Limpa. Com cerca de mil metros quadrados, ela serve para se realizar

processamento físico-químico. É totalmente isenta de interferências térmicas, magnéticas, vibratórias e outras. Deverá ter oxigênio puro, controlado e na temperatura adequada. Neste tipo de sala, somente se pode entrar depois de uma série de câmaras de limpeza e de monitoramento. O Rio Grande do Sul possui algumas dessas salas limpas, entre elas as de transplante de medula óssea. No entanto, a sala limpa necessária para a pesquisa de prototipagem de chips necessita de um rigor ainda maior. "A sala custa de U\$ 5 a U\$ 6 milhões e não é um prédio tão simples de ser construído. Tem que ser feito um projeto especial de filtros, de infra-estrutura, e leva um ano para ser finalizado. Esta é a fase mais demorada do projeto", diz o diretor da Motorola para o Cone Sul, América Latina e América Central, Antônio Calmon. A empresa, com sede em Austin (EUA), é uma das líderes mundiais em produtos eletrônicos e de comunicação. Atua em 45 países.

Olívio Dutra, governador do Estado

Ceitec: Uma parceria de natureza pública

Foco na Parceria



"Vamos nos apropriar de tecnologia"

Ceitec - "Será como um centro de conhecimento e de geração de fábricas. Nós vamos nos apropriar da tecnologia, desenvolver recursos humanos, inteligência. No passo seguinte estaremos criando condições para implantar um setor pesado aqui no Estado com relações econômicas fortes em nível internacional. É um projeto alavancador de possibilidades e de futuro."

Articulação - "O governo do Estado contou com o envolvimento de setores empresariais na busca de uma solução para trazer este investimento para cá. Tenho absoluta certeza de que sem o envolvimento de toda a comunidade esse convênio não sairia."

Adão Villaverde, secretário de Ciência e Tecnologia



Microeletrônica cresceu 20% em 99

A indústria de microeletrônica cresce em importância a cada ano. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a produção do setor ampliou 20% em 1999 e gerou um faturamento bruto de R\$ 500 milhões. E o Estado aposta nesta estrada, pretendendo ampliar e enraizar um novo tipo de indústrias nos Pampas. Com o Ceitec, o Rio Grande passará para a vanguarda tecnológica brasileira, afinal, ninguém no Brasil está capacitado para produzir chips com técnica Complementary Metal Oxide Semiconduttore (CMOS), que serão desenvolvidos aqui e que são responsáveis atualmente por mais de 90% do volume financeiro produzido internacionalmente em supercondutores.

Sem essa capacitação, o País não consegue atender às exigências do mercado de comunicações atual em que entram o domínio de circuitos integrados, miniaturização de chips e microeletrônica. Há muitas indústrias que necessitam trabalhar com equipamentos que funcionam comandados por chips de centenas de milhares ou até de milhões de transistores. E a produção deles é, pelo menos até agora, privilégio de centros desenvolvidos na Europa, Estados Unidos e Ásia.

O complexo para fabricação de protótipos de circuitos integrados no Rio Grande do Sul dará ao Estado prestígio internacional, mas principalmente possibilitará o desenvolvimento do recursos humanos das universidades gaúchas e propiciará um ambiente renovador na concepção de desenvolvimento no Estado. No entorno do Ceitec será agregada infra-estrutura tecnológica para atividades de pesquisa e desenvolvimento na área de microeletrônica. A idéia é que esta estrutura capacite a incubação de empreendimentos e empresas inovadoras para projetos e produção de alta qualidade. Esta interação deverá servir como pólo de atração de novas empresas de alta tecnologia.

Uma vitória coletiva

A atuação do governo estadual foi fundamental para a instalação do complexo para o Rio Grande do Sul. São Paulo estava na frente, mas os executivos da Motorola não gostaram do tratamento recebido naquele Estado. A negociação havia levado um ano e meio, sem se resolver. Uma primeira reunião com a empresa ocorreu no dia 24 de abril. Desse encontro, os executivos saíram com uma promessa de que em 60 dias se acharia uma solução para trazer o investimento para o Estado. A habilidade do governo gaúcho pôde ser verificada

com a idéia de se fazer aqui um centro nacional, não apenas regional, mas que abrangesse inclusive a comunidade científica de São Paulo e outros Estados.

A fórmula de centro tecnológico de natureza pública foi fundamental. Todo esse clima de união entre os setores público e privado com a empresa ocorreu no dia 24 de abril. Desse encontro, os executivos saíram com uma promessa de que em 60 dias se acharia uma solução para trazer o investimento para o Estado. A habilidade do governo gaúcho pôde ser verificada



Agilidade: Estado cumpriu objetivos em tempo recorde

"Uma nova era para a indústria brasileira"

Nova era - "O Ceitec é a pedra fundamental de uma nova era para a indústria eletrônica no Brasil. Muito em breve vamos ver o Rio Grande do Sul como um ponto no mapa muito importante dentro da microeletrônica no mundo. Vamos ter um centro de primeiro mundo."

Estado - "O Governo do Estado contribuiu de uma maneira bastante enfática, agressiva para o crescimento desta tecnologia. Existe uma brilhante ação do governo do Rio Grande do Sul em resolver um problema. O México se ofereceu para hospedar este projeto, mas a resposta do governo do Rio Grande do Sul foi sem igual."



Incubadora - "A experiência mostra que toda vez que você estabelece um centro de tecnologia como este, empresas que tenham algo em comum com a alta tecnologia acabam sendo atraídas."

Propriedade intelectual - "Empresas que nasceram ontem, hoje estão se tornando as maiores do mundo em comunicações. Onde eles investem? No que a gente chama de propriedade intelectual, em projetos. O centro é um captador desse tipo de talento."

Intercâmbio - "Não é um centro puro e simples de equipamentos. Vamos permitir um intercâmbio de profissionais, estudantes, professores, que queiram aprender esta metodologia com a Motorola. Não é simplesmente instalar alguns equipamentos aqui, é algo extremamente complexo. Uma fábrica sem esta cultura, sem esta tecnologia, não é uma fábrica."

Produtividade - "Quando se fala em protótipos, é difícil mensurar a produção, uma vez que se prepara o equipamento para diversos produtos e pouca quantidade."

Treinamento - "Temos um pré-acordo de enviar muito rapidamente pessoas daqui para os Estados Unidos. A vantagem é que lá tem unidades em funcionamento, onde os profissionais recebem treinamento."

Empregos - "O Ceitec pode envolver de 100 a 500 pessoas, depende muito, mas a pe-

riera é o principal. Em nível de universidades, de capacitação técnica, este número não existe. Você vai ver alunos que hoje se formam em microeletrônica e simplesmente abandonam o país porque não têm nem onde testar o que fizeram. Este pessoal é que vai estar frequentando e trabalhando no centro."

Profissionais - "A manutenção de profissionais neste segmento é difícil. Há uma rotatividade altíssima. Cada vez mais empresas como a nossa vêm buscando estabelecer pontos de formação de profissionais fora da América do Norte e centro da Europa."

América Latina - "A Motorola licenciou, sem custo algum, para as universidades da América Latina, tecnologia de microprocessadores, tecnologias de DSPs, que são processadores digitais de sinais, para que estudantes desenvolvam produtos em torno deles. Isto quer dizer que estamos disponibilizando não só o centro, mas também designs bem-sucedidos da Motorola para que empresas e universidades façam seus projetos já baseados nesta tecnologia."

São Paulo - "Lá, trabalhamos muito junto às universidades. Tínhamos um acordo com o CTI de Informática, que infelizmente não andou como esperávamos. O Rio de Janeiro mostrou interesse em sediar este projeto. Para não ficar em Porto Alegre só com falta de vontade de todos. De nossa parte, os equipamentos estão à disposição. Para nós, só falta fazer um cronograma de atividades."

Comunidade científica - "São Paulo continua muito importante no contexto deste projeto e eu pessoalmente vou fazer todo o empenho para que a comunidade científica participe ativamente. O intuito desta unidade não é ser local, mas latino-americano, e que suporte projetos de todas as unidades. O projeto vai receber de braços abertos a comunidade científica, mas qualquer tipo de cliente interessa às duas partes."

Semicondutores - "Este projeto é da Motorola Semicondutores, que atende todas as empresas de comunicação do mundo. Seus equipamentos são usados por toda a indústria automotiva, de informática e de telecomunicações."

Antônio Calmon, diretor da Motorola para o Cone Sul, América Latina e América Central

"Uma fábrica de fábricas"

Futuro - "Este centro é como se fosse uma fábrica de fábricas. Cria as condições para que se desenvolva um conjunto de informações. Na medida que haja avanço tecnológico, há a possibilidade de um novo aporte de equipamentos mais avançados."

Empresas - "Há uma quantidade muito grande de fontes de recursos. Por isso um conjunto de empresas já manifestou a sua intenção de participar."

Continente - "Por seu caráter continental, a unidade não está restrita ao Rio Grande do Sul ou ao Brasil. Vamos esperar não só a comunidade científica de São Paulo, mas também a da Argentina, do Uruguai e de outros países."

Zeca Moraes, secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais

"Um passo importante de construção solidária"

Alternativa - "Estamos dando um passo pequeno, mas decidido, firme, na implantação de um projeto de alta tecnologia em nosso Estado, que será referência não só nesta região da América Latina, mas na Ibero-América."

Parceria - "É um tipo de parceria entre o poder público, a iniciativa privada, a ciência, a tecnologia, o saber, o conhecimento e seus centros produtores, que começou a ser delineado em janeiro do ano passado."

Cidadania - "Para nós é fundamental a apropriação solidária e coletiva do saber, do conhecimento e da tecnologia. Um centro para aprofundar e ampliar ainda mais a democracia, o exercício da cidadania, a informação, a produção dela e sua apropriação para o bem comum, o bem da humanidade, a dignificação do ser humano. É um passo importante de construção solidária."

Informática - "No ano passado, nos debruçamos sobre um projeto de implantação

no Estado de um projeto na área de informática. Nós já imaginávamos essa região como centro de alta tecnologia e aquele projeto, da Dell, precisava ter sido adequado para que isso viesse a acontecer com mais aporte não só financeiro, mas de pesquisa na região. Conversamos com a Dell e ela aceitou dar dez milhões para pesquisa na área de tecnologia em informática no Rio Grande do Sul."

Desenvolvimento - "Importa para nós bancar este projeto, que está vinculado à nossa visão de desenvolvimento atualizado, interligado, capaz de modernizar todos os demais complexos produtivos de nosso Estado e ensinar a atualização."



Adversão

Na era da globalização, a resposta às necessidades privadas – inclusive as nacionais – exige cada vez mais a realização de objetivos comuns e a cooperação internacional. O conceito de "bens públicos globais" é especialmente útil

A hora dos bens públicos globais

LE MONDE
diplomatique

AD
VERSO

Inge Kaul*

No vocabulário da globalização, "desafios", "riscos" e "problemas" são palavras onipresentes. Se este registro faz um apelo à boa vontade dos atores –

Estados, empresas, organizações não-governamentais (ONGs), indivíduos – para "gerir", "levar em conta", "interpelar as consciências" e se comportar de maneira cívica, ele esvazia a análise da natureza econômica dos "desafios" e dos mecanismos que permitiriam respondê-los de maneira estruturada e eficaz.

Dois eixos de reflexão começam entretanto a emergir, mesmo nos círculos mais neoliberais: o fato de que uma regulamentação excessivamente tolerante num país faça com que seus custos (sociais, econômicos ou ecológicos) atinjam outros países é algo não somente injusto como ineficaz; as desigualdades crescentes comportam aquilo que os economistas denominam de importantes "externalidades negativas": a pobreza de uns mina a prosperidade de outros.

Esta análise se aplica, por exemplo, aos efeitos poluentes que ultrapassam fronteiras, às epidemias, às privações humanas (a miséria ou as violações dos direitos fundamentais podem levar à emigração), ou ainda ao direito dos negócios (os investidores buscam garantias em um regime de propriedade intelectual, uma regulamentação bancária etc.).

É preciso, portanto, repensar o equilíbrio entre "privado" e "público", entre as atividades dos atores "privados" no cenário global (que comporta tanto os Estados como as grandes empresas, as ONGs e os indivíduos) e o domínio público mundial. Como tornar estes diferentes atores mais responsáveis por seus atos – e especialmente pelos danos que possam causar?

A importância dos acordos multilaterais

Esta reflexão impõe a invenção de novas ferramentas intelectuais – termos e conceitos que mostrem que, na era da globalização, a resposta às necessidades "privadas" (aí compreendidos os interesses nacionais) passa cada vez mais pela realização de objetivos comuns e pela cooperação internacional. Neste sentido, o conceito de "bens públicos globais" é especialmente útil.

Existe uma primeira categoria, tradicional, de bens públicos globais. São aqueles que se encontram fora dos Estados, ou em suas fronteiras, e cuja regulação constitui o que se convencionou chamar um problema de "relações exteriores". Por exemplo, o espaço e os oceanos, que existiam antes de toda atividade humana, são regidos por regulamentações internacionais. No século XVII, foram assinados os primeiros tratados internacionais garantindo o livre acesso ao alto-mar. Acordos deste tipo se multiplicarão com a intensificação das atividades econômicas internacionais durante todo o século XIX e no início do século XX: transporte de mercadorias e de correspondência, telecomunicações, aviação civil. Quando estes acordos são multilaterais e de envergadura planetária, constituem-se eles próprios num bem público global, uma vez que criam um quadro regulamentar comum. Este primeiro tipo de bens públicos globais é mais importante hoje do que nunca, em razão do crescimento das atividades econômicas internacionais e da globalização da técnica e das comunicações (Internet).

Harmonização de políticas e mudanças

Entretanto, as questões mundiais que figuram no topo das preocupações políticas constituem um segundo

tipo de bens públicos, que não estão mais apenas "fora" dos Estados, mas atravessam fronteiras, saindo assim do campo restrito das "relações exteriores". Durante muito tempo, consideramos os bens públicos naturais (a camada de ozônio, por exemplo) como bens gratuitos, e consumimos estes bens de maneira desenfreada. Medidas corretivas, como uma redução do uso de clorofluorcarbonos (CFC) e de energias não renováveis, devem agora ser aplicados em todas as partes no plano nacional.

Em um sentido, estes bens públicos globais, que se supunha estarem "fora" dos limites nacionais, tornaram-se problemas de política nacional. Por outro lado, bens públicos tradicionalmente considerados como nacionais (a saúde, a gestão de conhecimentos, a eficácia do mercado, a estabilidade financeira, ou mesmo a lei, a ordem, os direitos humanos ou a justiça econômica), ultrapassam o domínio da soberania nacional. Se, por exemplo, a vigilância de epidemias constitui, há mais de cem anos, um dos pivôs da cooperação internacional, seu funcionamento não pode mais apoiar-se sobre a simples coordenação de sistemas nacionais de alarme. Pois alguns Estados podem ser tentados a dispensar tais sistemas para dirigir seus orçamentos para outras prioridades (ou para disfarçar suas dificuldades sanitárias), fragilizando desta maneira o conjunto do dispositivo. Dito de outro modo, estas questões de política mundial exigem, mais do que acordos de princípio (como aqueles que garantissem a liberdade de circulação de navios estrangeiros em alto-mar), uma harmonização de políticas nacionais e de mudanças efetivas neste terreno.

Vocabulário vago e pouco conhecido

Vários fatores explicam a emergência deste novo tipo de bens públicos globais. Inicialmente, a maior abertura de fronteiras de todos os tempos facilitou a extensão de "males globais": *dumping* social, desvalorização competitiva, e até mesmo comportamentos de risco (o consumo de tabaco, por exemplo). Em segundo lugar, a globalização veicula um risco sistêmico global: volatilidade inerente aos mercados financeiros internacionais, mudança climática planetária, explosões políticas provocadas pelo crescimento das desigualdades. Um terceiro fator é o poderio crescente de atores não-estatais – do setor privado e de empresas transnacionais, mas também da sociedade civil e de ONGs. Possuindo objetivos próprios, estes atores transnacionais pressionam os governos a aderir a normas políticas comuns, quer se trate de padrões técnicos ou do respeito aos direitos humanos.

Mas os especialistas e responsáveis políticos sofrem com a ausência de instrumentos em matéria de orientação pública, e não desenvolveram ainda uma abordagem satisfatória destas novas realidades. O próprio conceito de bens públicos globais é pouco conhecido – a terminologia para descrevê-los e analisá-los também é pouco desenvolvida. Em consequência disso, o vocabulário utilizado é vago e as técnicas que permitiriam fazer emergir os bens públicos globais são muito pouco conhecidas.

Como assegurar a produção de um bem? Em se tratando de bens privados, investimento e produção são em princípio motivados pela demanda; e as empresas privadas planejam cuidadosamente sua produção para assegurar eficácia e competitividade. Por outro lado, a demanda de bens públicos – e particularmente a demanda de bens públicos globais – é temperada pelo receio de que nem todos venham a pagar a sua parte: é o problema do "carona" ou *free rider*.

Mas boas intenções não bastam para produzir bens públicos globais. O protocolo de Montreal, assinado em 1987 e que visa a reduzir as emissões de CFC para lutar contra a destruição da camada de ozônio, é uma rara

exceção. Seus objetivos são simples e ele define prescrições claras, como uma ajuda internacional para que os países mais pobres possam respeitar seus compromissos internacionais, e penalidades (sob a forma de sanções comerciais) para os países que não respeitarem tais prescrições. A exemplo deste protocolo, existem estratégias de produção de bens públicos globais, que são contudo pouco conhecidas.¹

Iniciativas específicas e ações conjuntas

Três classes de bens comandam iniciativas específicas:

1. Certos bens públicos globais, como o ar puro (ou, mais modestamente, a redução de gases que ameaçam a camada de ozônio), colocam em questão a necessidade de uma "iniciativa adicional". Eles não podem ser produzidos a não ser adicionando um grande número de contribuições de igual importância. Dito de outro modo, uma tonelada de gás poluente economizada em Bangladesh é igual à mesma quantidade economizada no Brasil, no Peru, nos Estados Unidos ou na Alemanha. É claro que o objetivo não será atingido a menos que todos os atores aceitem as mesmas regras, fornecendo uma contribuição conforme as limitações globais, seja *in natura* (reduzindo efetivamente suas emissões), seja em espécie (comprando de outros países direitos de emissão), seja seguindo a iniciativa preconizada pelos Estados Unidos em Kyoto, em 1998;

2. Para outros bens públicos, a ajuda ao elo mais fraco da cadeia constitui a melhor estratégia. Por exemplo, para prevenir a propagação de doenças contagiosas ou para impedir atos de terrorismo internacional, todos os países devem adotar conjuntamente medidas profiláticas. Se um determinado país rompe a cadeia de prevenção, os esforços dos outros serão em vão. O custo do mal global que resultaria da ausência de ajuda, sendo muito mais elevado que o custo da ajuda, mostra que é mais eficaz (e não somente necessário) fornecer um apoio aos agentes mais fracos da cadeia;

3. Alguns bens públicos globais, sobretudo no domínio do conhecimento, apoiam-se numa descoberta decisiva. Assim, basta inventar a vacina contra a pólio em um só lugar para poder utilizá-la em todo o mundo – sob a condição, contudo, que as patentes não impeçam o acesso das populações mais pobres às aplicações destas descobertas². Mas a transformação de males públicos em



bens exige um esforço conjunto e sustentado, da base à cúpula, de incontáveis atores.

Em todos estes casos, um trabalho integrado entre os diferentes atores, tanto em nível nacional quanto no plano internacional, é indispensável. O problema é que as orientações decididas na maior parte dos países carregam a marca de uma distinção bastante nítida entre "interior" e "exterior". Tudo o que não envolve diretamente relações exteriores – políticas ou comerciais – é considerado como um assunto interno. E quase tudo que envolve relações exteriores é tratado pelo Executivo, especialmente pela esfera diplomática.

Estados atuam como agentes privados

Se, por um lado, nos últimos anos, certos países colocaram em suas embaixadas especialistas que não pertencem aos quadros diplomáticos (por exemplo, nos domínios do meio ambiente, do comércio, das finanças ou da luta contra o tráfico de drogas e o terrorismo), por outro, esta evolução não modifica em nada o caráter

tal bem público, para depois se beneficiarem dele gratuitamente – comportando-se como o "carona".

Refletindo este desinteresse estrutural, o trabalho dos legisladores nacionais permanece essencialmente reservado ao domínio interno. Nas delegações que vão às conferências ou aos congressos internacionais, com raras exceções, os parlamentares brilham por sua ausência. Frequentemente, só tomam conhecimento dos acordos internacionais quando estes estão prontos a ser traduzidos para as suas respectivas legislações nacionais.³ E às vezes até ignoram a existência de certos acordos internacionais.

Por outra parte, os tomadores de decisões nacionais muitas vezes não levam em conta os efeitos transnacionais de suas decisões. Não há quase nada para o meio ambiente além destas "externalidades" e sua "interiorização" (a consideração de seus custos) nos debates de orientação nacional.

Uma despesa de 8 trilhões de dólares

Não é surpreendente, portanto, que a cooperação internacional receba com tanta frequência verbas orçamentárias insuficientes. Nos países mais ricos, os fundos destinados aos trabalhos de preservação do planeta – assim como as intervenções em tempos de crise financeira, a proteção da camada de ozônio ou a luta contra o superaquecimento planetário – saem dos fundos de ajuda ao desenvolvimento ou dos fundos de emergência destinados aos países pobres. Segundo algumas estimativas, cerca de uma quarta parte dos 50 bilhões de dólares destinados a cada ano à ajuda internacional ao desenvolvimento são destinados às perspectivas globais, ou seja, a atividades destinadas a manter um equilíbrio do mundo mais do que a permitir aos países mais pobres responder suas necessidades e interesses nacionais ("privados"). Uma reforma urgente, que possibilitasse a compreensão das arbitragens que são feitas entre estes dois tipos de ajuda exterior, consistiria em separá-las da contabilidade pública.

Quanto aos países em desenvolvimento, é raro que disponham de fundos para participar de projetos internacionais, mesmo que eles pudessem se dar ao luxo de uma contribuição. A despesa total anual da cooperação internacional é da ordem de 12 a 15 bilhões de dólares, enquanto a despesa pública total chega à casa dos oito trilhões de dólares. Além disso, mesmo que no futuro viesse a existir uma verdadeira vontade política, os agentes de decisão se encontrariam de mãos vazias, pela falta de ferramentas adequadas: algumas poucas análises, raros estudos, poucas estatísticas sobre as incidências transnacionais, uma profusão de conflitos entre ministérios e escassos recursos para concretizar as intenções.

Princípio de uma justiça mundial

O que propor então, diante deste quadro? Em primeiro lugar, um estudo sistemático do conceito, a análise dos efeitos dos bens públicos globais sobre a vida cotidiana. Quais são, por exemplo, as repercussões da estabilidade financeira sobre a situação do emprego e sobre o sistema das aposentadorias? Quais são os efeitos do crescimento das desigualdades sobre as migrações internacionais e sobre a paz? Somente quando a opinião pública perceber que seu bem-estar depende de bens públicos globais e da cooperação internacional, os responsáveis políticos sentirão que seus mandatos devem se confrontar com estas necessidades, levando o "exterior" (a camada de ozônio) para os temas problemáticos nacionais e repensando o "interior" (a saúde, as aposentadorias) como uma questão de política internacional. Nesta perspectiva, a implicação dos parlamentares nacionais em todas as decisões relacionadas à cooperação internacional é uma prioridade, quanto

mais não seja para retirar estes problemas do terreno do "externo", habitualmente confiado aos tecnocratas, e remetê-lo ao domínio dos cidadãos.

Para tanto, uma condição prévia a toda reflexão sobre os bens públicos globais é a necessidade de fundá-la sobre o princípio de uma justiça mundial. Mesmo que um bem global esteja revestido de um caráter público, nem todos lhe atribuem necessariamente o mesmo valor. Um banqueiro ocidental dará uma prioridade elevada à estabilidade financeira, aprovando o controle da malária por ocasião de suas viagens. Ao contrário, um habitante do Sul preferirá que se dê prioridade ao controle da doença em detrimento da estabilidade financeira, uma vez que a volatilidade da moeda afeta-o menos diretamente. Do mesmo modo, prioridades diferentes podem ser estabelecidas, de um lado sobre a proteção da propriedade intelectual, para priorizar os investimentos de pesquisa privados, e de outro sobre a disseminação de conhecimentos. Uma reflexão em termos de justiça global deveria permitir conciliar estas duas exigências.

"Info-ricos" e "info-pobres"

Um programa de bens públicos globais deve levar em conta de modo equitativo as prioridades das diferentes populações envolvidas. E é preciso evidentemente que estes novos bens públicos não agravem as desigualdades existentes. A Internet é o exemplo mais evidente deste dilema: por um lado, ela permite difundir o saber a um custo muito baixo; e por outro, há a barreira que seu desenvolvimento provoca entre "info-ricos" e "info-pobres".

De modo similar, a existência de um sistema de livre-comércio – em si, um bem público global – prioriza, num mundo desigual, os mais fortes, e suscita uma desconfiança em torno da política mundial. A maior parte das negociações internacionais trata dos bens públicos globais que interessam mais aos países ricos, negligenciando os interesses de outros países. As prioridades atribuídas a este ou àquele bem público global são, portanto, formuladas em função das preferências de um clube de países ricos. A equidade é uma dimensão importante da promoção dos bens públicos globais, e não é de se espantar que a desigualdade de representação de interesses nas instâncias internacionais tenha sido denunciada nas manifestações de Seattle e de Washington.

"Prioridades globais compartilhadas"

Além de seu valor instrumental, a justiça é em si um bem público global. É um bem inesgotável – o fato de um indivíduo ser tratado com equidade não diminui em nada as chances de um outro ser tratado da mesma forma. Pelo contrário, quanto mais forem admitidos e incentivados o princípio e a prática da equidade, maior será a confiança de todos em poder se beneficiar dela um dia. Sem uma justiça que, por definição, deve se aplicar a todos os povos e em todas as regiões, assim como entre todas as gerações, é inútil defender o interesse geral.

A noção de "prioridades globais compartilhadas" existe há bastante tempo. E ela foi certamente uma fonte de inspiração, após as duas grandes guerras devastadoras do século XX. A criação da Organização das Nações Unidas foi motivada por esta perspectiva. Do mesmo modo, o Plano Marshall de reconstrução da Europa e, seguindo o mesmo modelo, o sistema internacional de ajuda ao desenvolvimento para os países mais pobres. Já é tempo que renasça esta idéia, sob a forma mais atual dos "bens públicos globais". Esta noção poderia desempenhar um papel decisivo na transformação em realidade política de uma gestão da globalização ainda no estágio de uma visão utópica ou de encantamento ritual.

Traduzido por Marco Aurélio Weissheimer



Mario Guerreiro

essencialmente tecnocrático da gestão das relações internacionais.

Apesar da importância crescente dos bens públicos globais, os Estados continuam a se comportar no cenário internacional como atores privados: preocupam-se antes de tudo com o interesse nacional e consideram frequentemente que a escolha do melhor, o mais racional para eles, é esperar que os outros se decidam a produzir um

* Economista e socióloga, diretora do Departamento de Estudos sobre o Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este artigo completa a obra *Global Public Goods. International Cooperation in the 21st Century*, dirigida pela autora, com Isabelle Grunberg e Marc A. Stern. Editado por Oxford University Press, New York, 1999.

1. Ler, de Todd Sandler, "Global Challenges. An Approach to Environmental, Political and Economic Problems", ed. Cambridge University Press, Cambridge, 1997 - para

uma abordagem rigorosa e completa do problema.

2. Ler, de Martine Bulard, "Les firmes pharmaceutiques organisent l'apartheid sanitaire", *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 2000.

3. Podemos lembrar, por exemplo, que por ocasião da negociação do Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI), o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Nacional francesa ignorava "quem negociava o quê e em nome de quem" (Jack Lang, 4 de dezembro de 1997).

Marco Aurélio Weissheimer - doutorando em Filosofia pela Ufrgs

Os riscos do projeto Genoma Humano

Após um trabalho de mais de dez anos, o mapeamento do genoma humano atingiu, mês passado, uma etapa significativa com o término da primeira versão do código genético humano. O genoma humano é o conjunto de genes que formam o ser humano e que está armazenado no DNA. A definição do papel dos genes evoluiu em um ritmo tão rápido que fica difícil prever suas conseqüências para a ciência do futuro. O anúncio solene feito esta semana da conclusão da primeira versão do genoma humano, por seus dois principais agentes, um público e outro privado, deve-se a razões científicas e econômicas. Como explicar que o consórcio encarregado do programa público "Human Genome Project" — do qual participam, por um lado, os Estados Unidos, com 65% de participação, a Inglaterra, 30%, e outros países, 5%, e de outro, a sociedade privada "Celera Genomics", dirigida pelo biólogo Craig Venter — tenha chegado a um acordo para fazer a comunicação? Simplesmente para saudar o extraordinário avanço científico? Não unicamente. Há razões financeiras e de prestígio que fazem parte da história deste anúncio.

O interesse científico do mapeamento genético humano não pode ser colocado em dúvida. Seus dados são uma verdadeira mina de ouro. E justamente por isso, os interesses econômicos envolvidos são tão grandes quanto os científicos. No mundo inteiro, um batalhão de pesquisadores vem tentando definir a estrutura e o funcionamento dos genes. Busca-se, por exemplo, identificar os genes que definem a suscetibilidade ou a resistência a uma determinada doença; as proteínas relacionadas a eles e suas propriedades biológicas, informações fundamentais para a descoberta de novas terapias. Algumas destas pesquisas já resultaram em aplicações concretas. Alguns testes permitem detectar, por exemplo, predisposições a doenças como o câncer. Já consumimos medicamentos que são resultado da pesquisa genética: a insulina humana (consumida pela maioria dos diabéticos), o interferon (utilizado na luta contra os tumores) e a eritropoietina (que aumenta a capacidade de recuperação física, através do crescimento da taxa de glóbulos vermelhos; o que, aliás, faz dela um dos principais agentes de doping nos esportes que exigem grande atividade física).

Projeto Apolo da Biologia

No entanto, nem tudo são flores no jardim da genética. A presidente do Grupo Europeu de Ética da União Européia, Noëlle Lenoir, apontou esta semana alguns dos espinhos desta empreitada. Em primeiro lugar, a generalização das aplicações destas pesquisas não é para amanhã. Um certo lapso de tempo separa o mapeamento do genoma e a elucidação dos fatores genéticos de uma doença. Um período ainda maior de tempo (vários anos ou mesmo décadas) pode separar a descoberta de uma mutação genética na origem de uma doença, do desenvolvimento de um tratamento adequado. O que acaba de ser anunciado, portanto, esclareceu Lenoir, é menos um progresso da medicina do que uma formidável performance tecnológica, obtida principalmente graças à velocidade dos computadores. Ela observou ainda que a leitura do "grande livro da vida" envolve muitas questões de prestígio acadêmico e de interesse econômico. Quando do seu lançamento nos EUA, em 1990, o programa foi chamado de "Projeto Apolo da Biologia", por seu promotor, o prêmio Nobel,



Reprodução/Magritte

James Watson, um dos dois descobridores da estrutura de dupla-hélice do DNA.

O consórcio de países que integram o "Human Genome Project" não estava disposto a tolerar que um grupo privado como o "Celera Genomics" saísse na frente no anúncio do término da primeira versão do genoma, ganhando os louros pelo êxito. Houve uma batalha surda entre as duas partes. O anúncio feito esta semana assinala uma trégua, disse Noëlle Lenoir. Marca o fim das hostilidades que tinham chegado a um ponto crítico, e pretende consolidar o interesse comum de todos os pesquisadores no sentido de compartilhar os conhecimentos de base sobre a estrutura genética do ser humano. As declarações feitas por Bill Clinton e Tony Blair tiveram o objetivo de assinalar a disposição dos governos de seus países em garantir o livre acesso a estas informações. Mas esta questão não é consensual entre os integrantes do projeto.

As empresas americanas envolvidas no mapeamento genético, lideradas pela "Celera Genomics", vendem às indústrias farmacêuticas o direito de acesso aos seus dados. Os acionários destas empresas encontram aí um meio de rentabilizar seus pesados investimentos. Estas empresas aceitarão, daqui em diante, colocar os resultados de suas pesquisas a disposição do público? Outra interrogação levantada por Noëlle Lenoir diz respeito ao problema das patentes envolvendo os genes humanos. Hoje, cerca de 2.500 patentes foram reconhecidas no mundo inteiro e outras 10 mil estão em fase de reconhecimento. As patentes não são reservadas ao setor privado. Elas também pretendem recompensar a pesquisa pública que, ao menos nos Estados Unidos, através do "National Institute of Health", detém o maior número de patentes em matéria de genética humana. Como assegurar que a genética humana permanecerá um bem público a serviço da saúde, num contexto de grande competitividade econômica, como o que vivemos atualmente? Na opinião de Lenoir, existem sé-

rios riscos de os interesses do mercado triunfarem sobre os aspectos sociais da pesquisa genética.

Patrimônio da humanidade?

Ela exemplifica: alguns laboratórios podem transformar estratégias industriais (e financeiras) para restringir o livre acesso dos países aos progressos derivados da pesquisa. De fato, hoje em dia, a empresa que detém a patente sobre os genes da predisposição ao câncer do seio controla a comercialização no mundo inteiro do teste que detecta a presença destes genes nos pacientes. Além disso, a valorização econômica de elementos humanos, como os genes e as proteínas, destinadas ao uso industrial no domínio da saúde, pode modificar a relação que as pessoas têm com seu próprio corpo. Já há casos de pessoas portadoras de células, fontes destes genes e proteínas, que estão reivindicando direitos econômicos sobre o uso deste material. Nos Estados Unidos, há o caso de um processo judicial de um paciente, portador de um gene considerado capaz de provocar resistência ao vírus HIV, contra um laboratório que teria lucrado com o patenteamento deste gene.

Noëlle Lenoir lembra ainda o caso dos países mais pobres do planeta. Sem estruturas de pesquisa e sem meios para financiar os bens de saúde indispensáveis à sua população, estes países terão direito aos benefícios deste progresso científico, conforme prevê uma decisão das Nações Unidas? Ao proclamar que o genoma humano é um patrimônio da humanidade, a Declaração sobre o Genoma Humano, aprovada pela ONU em 1998, não significa apenas que as pesquisas genéticas envolvem exigências éticas particulares. Ela sugere também um direito universal à partilha dos benefícios obtidos através destas pesquisas. A comunidade internacional deverá, daqui em diante, fornecer respostas a todas estas questões. O que mais preocupa Lenoir é que a lógica do lucro acabe substituindo a ética como árbitro entre a economia e a ciência.



Luiz Antonio de Assis Brasil - Escritor

O universo do espelho

Sabemos o quanto a sociedade contemporânea é contraditória: por um lado, "globaliza-se" e, por outro, "regionaliza-se". Satis-

feita em seu papel de criar espaços sem esperanças para o homem enquanto ser social, ávida em promulgar a vitória do indivíduo sobre o coletivo, a mesma sociedade enfrenta um constrangedor e não-esperado fenômeno, o qual se consubstancia no crescente valor que adquirem as minorias e os conglomerados de pessoas *ex-cêntricas* (para usarmos a consagrada expressão de Linda Hutcheon). Mais e mais importância adquirem as diferenças; mais e mais vemos intelectuais e escritores optando pela representação dos que estão à margem da festa da pós-modernidade.

Essa introdução não está aqui a título de *captatio benevolentiae*, mas para afirmar, e desde o início, que "A confissão do espelho", de Waldomiro Manfroi, é um romance que decididamente opta por apresentar-nos um universo de valores que teima em resistir na pequena cidade do interior. Por certo que não estamos falando unicamente de bons valores, mas daqueles que, bem ou mal, encerram toda uma experiência vital ainda não contaminada pela histeria do politicamente correto. Não se afirma com isso que o autor decaiu para o irracionalismo do preconceito; ao contrário, mostra-nos uma comunidade feita de pecados e virtudes, eivada de julgamentos a priori, que ainda vive às voltas com as paixões primárias, com as intolerâncias, com as misérrimas das conversas ao pé do ouvido; ao fazer isso, relata-nos o fato de que ainda muito temos para avançar e progredir.

O romance que referimos aqui é, na sua trama, uma discussão sobre a conquista do poder, representado pela sua face mais evidente, que é a política; é na política que os indivíduos mais se revelam. Trabalhando com analepses bem construídas, Manfroi vai contando sua história a partir de um solo, a que se vão agregando outros, até formarem um painel completo e cabal. Sim, todas as clássicas personagens aqui estão: o padre, as prostitutas, o armazém. Quem não os conhece? A questão está em que neste romance essas personagens se articulam de modo original, pois ao retratar tipos, faz com que vivam situações únicas. E isso é o que seduz na narrativa.

Ao fim e ao cabo, "A confissão do espelho" traz até nós, e traz bem, uma visão sobre as dessemelhanças. Não dá seu apoio às idéias prontas e à mesquinhez que percorrem os universos fechados; a atitude do autor, enquanto ficcionista, é a de alguém

que deixa o julgamento ao leitor – como, aliás, sempre fez a boa literatura. Manfroi não se intimida em representar as peculiaridades circunstanciais da cidadezinha, pois bem sabe: as diferenças precisam ser evidenciadas pelo intelectual, mesmo que não se concorde em uma única vírgula com a conduta de suas personagens.

A salvação da contemporaneidade passa pelo olhar que se lança àqueles que se opõem a um sistema que aos poucos torna-se mundial; mesmo que sejam de personagens/pessoas imbuídas de julgamentos planos e categóricos, simbolizam o direito de todos à opinião.

"João, o protagonista de mais este romance de Waldomiro Manfroi, é um atormentado indivíduo que deve contar ovelhas segundo a lição da avó, para tentar conciliar o sono. Contará oitenta e cinco ovelhas na primeira noite. Na segunda, o sono chegou somente com trezentas. E na terceira, contou até o dia amanhecer e continuou acordado."

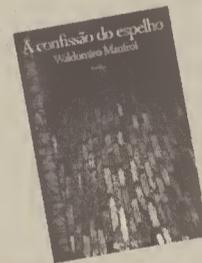
Arnaldo Campos, na apresentação de "A confissão do espelho"



Mario Guerreiro

E nada mais múltiplo do que o universo de juízos. E nada mais útil, hoje em dia, do que privilegiar aqueles que pensam de modo diverso. Talvez esteja aí um começo de solução a todas as nossas perplexidades.

O livro de Waldomiro Manfroi traz-nos uma importante colaboração cultural para a concretização de um mundo futuro, no qual será banida toda e qualquer forma de exclusão.



* MANFROI, Waldomiro. **A confissão do espelho** Editora Movimento, 137p. Porto Alegre, 1999.

ORELHA



Estudos culturais em educação

Marisa Vorraber Costa (org.)

Apresenta um conjunto de análises culturais, desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em

Educação da Ufrgs, voltados para o exame da produtividade dos artefatos da cultura na constituição de identidades e subjetividades. Editora da Universidade. 286 p.



A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina

Marcello Baquero

Trata dos problemas estruturais dos partidos políticos da América Latina, sugerindo caminhos alternativos de compreensão desses problemas e indicando elementos que possam ajudar a superar essas dificuldades.

Editora da Universidade. 188p.



Riso, cultura e sociedade na Idade Média

José Rivair Macedo

Elege o riso medieval como objeto de estudo. Aborda aspectos da relação entre o riso e o sagrado, do riso como instrumento pedagógico no exercício da pregação e do riso contestatário das festas carnavalescas.

Editora da Universidade. 277p.

WWW

Ciência

www.sbpcnet.org.br/ Sítio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Destaque para informações sobre bolsas de cooperação em pesquisas na área de saúde para o desenvolvimento.

Cinema

www.cineguia.com.br/ Página com notícias sobre cinema, lançamento de filmes em vídeo e banco de dados com informações sobre atores, diretores e produções.



Gil Cafrune Gósch

O RS na ponta da tecnologia

O Rio Grande do Sul pode se transformar em um pólo tecnológico tão importante quanto a Bélgica e a Irlanda, países que passaram pela experiência de contar com centros de microeletrônica como o Centro de Excelência Ibero-Americano em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), que, em cerca de dois anos, estará funcionando em Porto Alegre. Para o professor de microeletrônica Sérgio Bampi, da Ufrgs, o Ceitec poderá revolucionar o conceito de desenvolvimento industrial do Estado e ajudar a manter aqui os recursos humanos formados na universidade, segundo ele, uma das melhores equipes do Brasil.

Jéferson Assunção

Bampi: a experiência da Irlanda é mais ou menos parecida com a nossa

AD verso - **A instalação do Ceitec representará um avanço real ou apenas uma recuperação do setor de microeletrônica no Brasil?**

Bampi - Vai recuperar um campo tecnológico do qual a América Latina estava alijada. Primeiro, porque não há mais do que umas duas dezenas de instituições de ensino superior atuando na área. Também, porque não havia nenhuma implantação de empresas da área de microeletrônica, forte, na América Latina. O Ceitec proporciona esta possibilidade, no sentido de que congregará, num mesmo local, empresas, junto com as universidades. Criará uma espécie de caldo de cultura tecnológica para eventualmente atrair grandes empresas. Seria uma recuperação do terreno tecnológico que avançou muito rapidamente nos últimos 40 anos e a América Latina perdeu terreno neste aspecto. A estratégia tecnológica nos últimos 20 anos tem sido formar pessoas em informática, que usam bens da informação. Estávamos nos especializando no uso de bens eletrônicos. Alguns dos segmentos do complexo eletrônico tinham manufatura no Brasil, como a montagem, feita na Zona Franca de Manaus.

Adverso - **Existem outras empresas do tamanho da Motorola que mantêm centros como o Ceitec?**

Bampi - Na América Latina, não. Há centros similares, mas que foram alavancados por governos, não pelas empresas. Na Carolina do Norte, por exemplo, há um centro mantido pelo governo do Estado, que acabou atraindo empresas de alta tecnologia. A Bélgica, em 1982, fez um centro similar e hoje é uma referência internacional em pesquisa e desenvolvimento. Chama-se Instituto Interuniversitário de Pesquisas em Microeletrônica, criado pelo governo regional e que é um dos grandes centros de pesquisa da Europa. Este centro nasceu fortemente associado às universidades. Começou como regional e hoje tem apoio não só de grandes multinacionais como também da comunidade européia.

Adverso - **Quais as vantagens para as universidades e como a Motorola sai ganhando com a implantação do Ceitec?**

Bampi - Para as universidades é poder contar com equipamentos de última geração. Beneficiam-se as áreas de química, de física dos materiais, de informática, engenharia eletrônica. Todas essas áreas vão poder fazer uso desses equipamentos para fazer suas pesquisas. É claro que as empresas estão interessadas nos resultados desses estudos, para qualificar produtos. A Motorola, como todas as demais empresas de semicondutores, carece hoje de

gente de engenharia qualificada. Hoje há carência de pessoas para fabricar chips no mundo inteiro.

Adverso - **Onde estão esses equipamentos?**

Bampi - Eles estão hoje em Austin, no Texas (EUA). São equipamentos de uma grande vida útil, que não se deterioram. O que acontece é que se torna antieconômico para a Motorola produzir chips. Para se tornar economicamente competitiva, ela está se obrigando a usar lâminas de 30 cm. Então os equipamentos que eles utilizavam no início dos anos 90, com lâminas de 15 cm de diâmetro, vão ser desativados. Mas aqui eles serão muito úteis para prototipar e para isso 15 cm é mais do que suficiente.

Adverso - **E os produtos que surgirem? Serão propriedades de quem?**

Bampi - Em relação a todo e qualquer protótipo desenvolvido no mundo, os royalties devem ser divididos entre os parceiros, ou seja: se têm diversos laboratórios, para cada projeto você tem protocolos de propriedade.

Adverso - **A Ufrgs também vai ser proprietária de royalties?**

“ A Bélgica, em 1982, fez um centro similar e hoje é uma referência internacional ”

Bampi - As grandes universidades de hoje têm uma fração de seus orçamentos vinda de royalties. Você pode patentear dezenas de produtos. O Ceitec não é um centro pertencente a uma universidade, não é o centro de uma empresa. É de interesse público e que não está sob controle nem de universidades, nem das empresas. Cada projeto vai estabelecer como dividirá a propriedade intelectual.

Adverso - **O processo de fabricação que a Motorola vai disponibilizar para o Ceitec é de ponta mesmo ou trata-se de algo já ultrapassado em termos tecnológicos?**

Bampi - É de ponta. Das primeiras coisas levantadas e que preocupam não só as autoridades federais, e que preocupam também toda a sociedade, é de que estaríamos recebendo algum processo-sucata. Ele é ultra-avançado, da mesma complexidade com que se faz um Pentium III. Seria possível se fazer um Pentium III com um processo destes.

Adverso - **A Motorola não corre riscos dando acesso público a este processo?**

Bampi - As concorrentes da Motorola perdem a chance de hoje ter a liderança neste aspecto na América Latina. A Motorola está interessada em fortale-

cer sua marca e obviamente para isso investe em pesquisa na América Latina. O Fundo Setorial de Informática já exige que a Motorola invista 2% de seu faturamento em pesquisa, na forma de convênios, no Brasil. Prevê que todas as empresas de informática, para terem isenção de IPI, invistam em tecnologia. A Motorola já faz isso.

Adverso - **A parte da Motorola nos 25 milhões já estaria nessas obrigações?**

Bampi - A Motorola, no momento em que propôs o projeto, não tem a intenção de descontar isso nos 2%. Decidiu fazer isso já há dois anos, procurou algumas instituições do Brasil, propôs fazer com algumas instituições paulistas. Não houve acerto porque não teve respaldo apropriado do Estado e aí acabou não saindo.

Adverso - **O Governo do Estado considera o Ceitec tão importante quanto o pólo petroquímico. O senhor concorda com isso?**

Bampi - Concordo. A planta não é tão volumosa. Não é tão consumidora de insumos físicos, como energia ou gás. Consome muito pouca energia, mas produz muito mais inteligência do que produtos. O Pólo Petroquímico produz milhões de toneladas por ano e nós vamos estar produzindo inteligência, que gera muito, muito mais valor do que trazer uma grande montadora. O Ceitec possibilita alavancar todo um segmento industrial, com inúmeras ramificações a todos os setores tradicionais, que vão gerar empregos de qualidade. Digamos que a experiência da Irlanda está mais ou menos parecida com a nossa. A Irlanda hoje está virando um pólo de empregos em softwares e microeletrônica. Por quê? Efetivamente, ela tinha universidades e administrações regionais que decidiram bancar laboratórios aplicados, junto às universidades, de forma a gerar novos empreendimentos.

Adverso - **Tem como a Ceitec não vir efetivamente para Porto Alegre?**

Bampi - A Motorola diz que a grande vantagem do Rio Grande do Sul é ter um forte apoio local. Existe um compromisso da sociedade, empresários, governo e universidades. Cumprindo essa parte das instituições, ela irá cumprir a sua parte. Na verdade, as pessoas que desenharam esse projeto da Motorola são conhecidas. Nós nos encontramos em congressos. Eu conheço os pesquisadores, que entendem todo o esforço que se faz, principalmente na Ufrgs, há duas décadas. Eles sabem que nós somos um pólo importante de formação de recursos humanos, conhecem o nível da pesquisa que se faz. Somos um grupo de pesquisa tão qualificado quanto os melhores do Brasil.